

DAS CONTRADIÇÕES À CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA NAÇÃO BRASILEIRA POR DEBRET¹ DE 1816 A 1831

Jane Rodrigueiro²

Resumo: Neste artigo analisaremos a obra *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, tomos I e II do viajante francês Jean Baptiste Debret³, pintor e membro da Missão Artística Francesa, que permaneceu no Brasil de 1816 a 1831 e retratou por meio de imagens e textos o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, especificamente sua população africana. Numa perspectiva interpretativa, pretendemos revelar o imaginário constituído pelo autor ao contatar a sociedade brasileira e, elucidar as contradições presentes nas entrelinhas do seu discurso, com o propósito de recuperar as contribuições, resistências, tensões e desafios dos escravizados na manutenção de suas práticas culturais e no reconhecimento enquanto sujeitos históricos.

Palavras Chave: Viajantes, Rio de Janeiro, escravizados, práticas culturais.

Abstract: In this article we will analyze the work *Historical Picturesque Voyage to Brazil*, volumes I and II, of the French traveler Jean Baptiste Debret, painter and member of the French Artistic Mission which remained in Brazil from 1816 to 1831 and portrayed through images and texts the daily life of Rio de Janeiro city, specifically its African population. In an interpretative perspective, we intend to reveal the imaginary constituted by author to contact the Brazilian society and elucidate the contradictions between the lines of his speech, with the aim of recovering the contributions, resistances, challenges and tensions of the enslaved in maintaining their cultural practices and recognition as historical agents.

Keywords: Travelers, Rio de Janeiro, enslaved, cultural practices.

O início do século XIX é marcado pela presença dos viajantes estrangeiros no contexto brasileiro que observavam e registravam o cotidiano social e cultural das sociedades aqui presentes, além de comporem nas narrativas, o seu universo ambiental,

¹ Este texto se insere no Projeto de Pesquisa: *Os viajantes e as práticas culturais subalternas*, organizado e coordenado pelo Prof. Dr. Ênio José da Costa Brito do Grupo de Pesquisa: Imaginário Religioso Brasileiro da PUC/SP.

² Mestre em Ciências da Religião – PUCSP; janerodrigueiro@gmail.com

³ Jean Baptiste Debret pertenceu a família culta francesa, dedicou-se à pintura e ingressou na Academia de Belas Artes em 1785. A pedido de D. João VI, no ano de 1816 vem ao Brasil para fundar uma Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro, permanecendo no território brasileiro por 15 anos. Publicou na França o livro: *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, em 1834 e 1839 em três volumes. Em 1972 a obra foi publicada em Língua Portuguesa no Brasil.

constituído pela fauna e pela flora. Entre os viajantes que deixaram seu legado de representações iconográficas e historiográficas, elegemos para compor nossa análise Jean Baptiste Debret (1816 a 1831), que deixou ao historiador contemporâneo uma obra com diversas possibilidades de leituras e interpretações acerca do passado, amparadas pelo viés da História Cultural.

A vinda da família real ao Rio de Janeiro em 1808, e sua definitiva instalação no ano de 1815, trouxe transformações sociais, culturais e políticas para o Brasil que naquele período transitava do regime colonial para a condição de império. Tal situação exigiu que a sociedade se reordenasse frente aos desafios da nova realidade.⁴

Algumas medidas mereceram destaque na formação do novo cenário brasileiro, entre elas a abertura dos portos ao comércio internacional, a instalação dos ministérios e órgãos da administração pública e de justiça, autorização para instalação de indústrias, a reordenação habitacional e urbanística com vistas a acomodar o rei e sua corte, (MALERBA, 2000, p. 198.) além das questões estruturais como: a necessidade de investimentos em saneamento básico e a resolução dos problemas urbanísticos que não atendiam as acomodações dos novos moradores da região (MALERBA, 2000, p.226).

Entre os estímulos às produções cultural, artística e científica, pode-se considerar a criação do Jardim Botânico, do Teatro Real, da Imprensa Régia, da academia Real Militar, da academia Real de Belas Artes, da Biblioteca Real, do Banco do Brasil e das escolas de medicina na Bahia e Rio de Janeiro. Todo o empreendimento tinha como objetivo a formação de uma elite civil e militar e consolidar no Brasil o plano de modernização da nação.

Nesse universo de inovações, Jean Baptiste Debret foi convidado por D. João VI a compor a Missão Artística Francesa⁵ (DEBRET, 1978, p.25, t.I) e incumbido de por em atividade um Instituto de Belas Artes no Rio de Janeiro, situação que revela a presença de Debret em terras brasileiras atrelada à uma instituição hegemônica em virtude de estar a

⁴ Para maior compreensão acerca da vinda da família real ao Brasil, consultar: WILCKEN, Patrick. *Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. A respeito do trânsito da família real no Atlântico até sua chegada ao Brasil, ver: LIGHT, H. Kenneth. *A viagem marítima da família real: a transferência da corte portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

⁵ Membros da Missão Artística Francesa: Jean Baptiste Debret - Pintor Histórico; Le Breton - Secretário da Academia de Belas Artes; Taunay - Paisagista e membro do Instituto da França; Taunay – Estatuário, irmão do precedente; Grand Jean de Montigny – Arquiteto; Pradier - Gravador em atalho doce; Newton - Compositor de música; Ovide – Prof. de mecânica. (DEBRET, 1978, p.25, t. I).

serviço da corte portuguesa a qual ansiava por constituir um ideal de civilização para a sociedade brasileira com padrões da cultura européia.

A nação brasileira que se apresenta a Debret é marcada pelo plano de uma ordem social que reproduz as estruturas hierárquicas do antigo regime português, desenhada pela marcha progressiva e civilizatória da sociedade que, de acordo com o autor, irá se consolidar a partir da chegada da família Real no Rio de Janeiro, responsável por trazer a ideia de civilidade e de progresso nacional, antes não existente (DEBRET, 1978, p. 140, 386 t. I).

Com esse viés interpretativo, Jean Baptiste Debret inicia sua obra com destaque para a classificação da população brasileira via grau de civilização e apresenta as denominações classificatórias elaboradas pelo governo português⁶, (DEBRET, 1978, p.141, t. I) que identificavam as culturas como civilizadas ou não. Nesse sentido, destacamos que é possível verificar na narrativa do autor a presença da contradição em seu discurso ao se reportar aos escravizados e, desta forma, localizamos essas estruturas contraditórias presentes nos dois volumes da obra. No tomo I, é possível observar a ideia da contradição no universo das relações sociais presentes no cotidiano dos escravizados, já o tomo II revela as contradições no panorama religioso daquele contexto cultural. A partir desta constatação, fizemos o cruzamento das expressões e também de algumas imagens que ora apontam para a afirmação cultural dos negros na sociedade carioca, ora os revelam como uma sociedade inferior.

Nessa perspectiva de análise, inferimos que o texto produzido por Debret é pautado pelo discurso homogeneizador, uma vez que engloba as culturas africanas e indígenas em categorias como: negro, índio e mulato. Essas categorias neutralizam diferenças e especificidades entre os diversos modos de funcionamento dos grupos sociais, além de resultarem em uma construção pejorativa acerca dessas culturas⁷.

⁶ Na obra Debret apresenta 11 denominações classificatórias estabelecidas pelo governo português acerca da população brasileira pelo grau de civilização.

⁷ Embora em sua obra Debret apresente nas pranchas número 22 intitulada: *Escravas de diferentes nações* e na de número 36 sob o título: *Negros de diferentes nações*, referindo-se às diversas nações de africanos e africanas oriundos de contextos sociais diferentes, essas representações apenas conferem as características físicas que diferenciam os diversos grupos sociais, porém o autor não faz nenhuma referência quanto ao funcionamento interno e específico de cada matriz cultural, fatores determinantes no comportamento social e cultural de cada sociedade (DEBRET, 255, 315, t. I).

Diversas são as expressões negativas sobre os escravizados localizadas ao longo da obra, que posicionam os africanos na sociedade como: indolentes, preguiçosos, bêbados, libertinos, dissimuladores, mentirosos, vegetativos, ladrões, fujões, traiçoeiros, broncos, semibrutos, trapaceiros, fingidos, apáticos e intelectualmente desqualificados, conforme afirma o autor em uma de suas referências acerca dos escravos:

O escravo tem apenas inteligência do presente, é vaidoso, gosta de se distinguir por um enfeite qualquer; pena, folha. Embora com sentidos de uma agudeza perfeita, não é capaz dessa reflexão que leva a comparar coisas e a tirar conclusões (...). O negro é indolente, vegeta onde se encontra, compraz-se na sua nulidade e faz da preguiça sua ambição (...) (DEBRET, 1978, p. 344. t. I).

As passagens citadas reforçam a ideia de inferioridade das nações africanas, uma vez que sua população, na perspectiva da visão eurocêntrica, encontrava-se em situação de atraso cultural, sendo, portanto, classificada em um estágio inferior de civilização. No entanto, na medida em que estreitamos o viés interpretativo da nossa leitura observamos que as características negativas apresentadas acerca dos escravizados se contradizem, uma vez que o autor, ao mesmo tempo em que afirma características negativas dos escravizados, aponta elementos positivos quanto ao empenho no trabalho, nas habilidades, nas conquistas sociais, nas reações e condutas que regulam a vida dessas populações e também contribuem para a composição de um repertório de informações que afirmam positivamente os africanos na sociedade, além de ressaltarem sobre sua importância para o contexto urbano do Rio de Janeiro naquele período.

Com relação ao universo do trabalho, no cotidiano urbano do Rio de Janeiro, temos a presença dos escravizados – denominados como *negros de ganho* em diversos setores da cidade assumindo tarefas simples como carregadores de cargas, acompanhantes, meninos de recados, transportadores de lixo e dejetos humanos – *os tigres*⁸, (GENESTRA, 2011, p.7) vendedores de produtos alimentícios e demais objetos, criados e criadas para os afazeres domésticos, além das tarefas de cunho mais profissional como os barbeiros cirurgiões – aplicadores de sanguessugas – costureiras, lavadeiras, comerciantes, pedreiros,

⁸ Os tigres eram escravos jovens e/ou subestimados pela capacidade que transportavam tonéis cheios de dejetos humanos recolhidos nas casas, para serem despejados em valas ou praias, parte destes excrementos escorriam pela pele do escravo e a amônia e a uréia contidas, deixavam listras brancas nas costas dos negros (CF. GENESTRA, 2011, p. 7).

pintores, prestadores de serviços aos naturalistas estrangeiros, negociantes, entre outras atividades.⁹

As tarefas desempenhadas pelos africanos negam a concepção de que os escravos são: “preguiçosos e indolentes que procuram nada fazer” (DEBRET, 1978, p.164, t. I) e fundamentalmente, da lentidão do negro ao trabalho, sua pouca inteligência e postura indolente (DEBRET, 1978, p. 162, 164, 237, t. I). Ao contrário, evidenciam a contribuição dos escravizados não somente no âmbito do trabalho, como também na construção da nação brasileira, segundo Debret:

Tudo assenta pois, neste país, no escravo negro; na roça, ele rega com seu suor as plantações do agricultor; na cidade, o comerciante fá-lo carregar pesados fardos; se pertence ao capitalista é como operário ou na qualidade de moços de recados que aumenta a renda do senhor (DEBRET, 1978, p. 139 ,t. I).

Nesse sentido, podemos considerar que a presença do trabalho dos *escravos de ganho* no Rio de Janeiro demonstra não somente a luta dos escravizados por melhores condições socioeconômicas, mas o domínio do espaço social e a atuação dessa sociedade no mercado financeiro por meio das negociações comerciais, procedentes dos diversos produtos vendidos e da realização de suas tarefas, tendo em vista a possibilidade de receberem de seus senhores o excedente ou parte do lucro obtido por suas atividades e com isso, negociarem a compra da própria liberdade¹⁰. Sobre luta dos escravos pelo trabalho e a conquista gradual dos espaços social e econômico, Marcus J.M. de Carvalho considera que:

A historiografia internacional e a brasileira mostram que em várias instâncias, os escravos foram capazes de conquistar espaços econômicos dentro da própria escravidão, e até de participar do mercado, vendendo em seu próprio proveito algumas mercadorias por eles produzidas, ou mesmo subtraídas do senhor (...). No escravismo urbano, a luta pelo direito aos frutos do próprio trabalho passava assim pela conquista de um outro direito: o de ir e vir (CARVALHO, 2010, p. 240-241).

⁹ Para maior compressão acerca da escravidão urbana no Rio de Janeiro, ver: SOARES, Luis Carlos. O “Povo de Cam” na capital do Brasil: A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.

¹⁰ Marcus J.M. Carvalho em sua obra faz uma discussão pertinente sobre o conceito de Liberdade, entendendo-a como um processo dinâmico e portanto articulada às condições históricas e sociais dos indivíduos. Ver especificamente sobre o conceito em: (CARVALHO, 2010, p.213-235).

Em consonância ao trabalho, os senhores disciplinavam seus escravos por meio da aplicação dos castigos, por faltas consideradas graves como: atos de roubo, furto, deserção, brigas, fugas, preguiça.



A prancha denominada "Feitores castigando Negros" (DEBRET, 1978, p. 269, t. I) apresenta no primeiro plano a imagem do negro com pernas e mãos amarradas com uma estaca entre as pernas, encolhido ao solo, numa posição de total imobilidade e recuo diante do feitor. Já o feitor em pé, tem em sua mão esquerda uma vara a qual podemos supor que é utilizada para movimentar o corpo do negro que se encontra no solo e em sua mão direita a chibata numa postura de total poder, força e domínio sobre o escravo.¹¹

A referida imagem de imediato demonstra a fragilidade do escravo, sua submissão e o total domínio do feitor sobre o mesmo. Porém, numa análise mais profunda, na qual se reconhece os sofrimentos provenientes dos castigos, além de todo o processo de tortura a que eram submetidos os escravizados que infligissem à disciplina imposta pelos senhores, revela um movimento de resistência dos escravizados frente ao sistema escravista e, sobretudo uma forma de contestação social.

O caráter reativo dos escravizados pode ser observado nas inúmeras estratégias contrárias ao sistema escravista, entre elas: a dissimulação, as artimanhas, a preguiça, os roubos, as fugas, e os momentos de embriaguez, e, fundamentalmente na manutenção de

¹¹ Sobre a relação de opressão entre senhores e escravizados ver: CARVALHO, Marcus, J.M. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

suas práticas culturais, demonstrando a “não aceitação pacífica dos significados que lhes eram impostos pelos seus senhores” (ZANIN, 2007, 94) mesmo recebendo de seus proprietários as torturas e castigos como forma de repressão. Sobre a diversidade de castigos aplicados aos escravizados, Larissa Fabrício Zanin, afirma que:

Dentre as diferentes modalidades de castigos direcionados aos escravos como correntes, palmatórias, ferro aquecido, onde a violência física era predominante, existiam os castigos que perpassavam a dor física e atingiam a moral dos escravos, submetendo-os a situações humilhantes perante a sociedade (...). Outro castigo comum eram os açoites em praças públicas, com hora e local marcado para acontecer, para que a população pudesse se aglomerar e assistir ao castigo, esse tipo de penalidade reunia dor e humilhação ao escravo condenado (ZANIN, 2007, p. 97).

Contudo, as ações e reações das sociedades africanas na luta por condições dignas de sobrevivência, demonstram que os escravizados não são culturalmente apáticos, dóceis e/ou submissos e, contrariam a narrativa de Debret quando considera que: “em geral, o negro, naturalmente apático e medroso, sofre pacientemente esse castigo, que ele sabe ser merecido e se resigna sem grande dificuldade a um mal que participa mais do tédio que da dor” (DEBRET, 1978, p. 359, t. I).

Para além da ideia de submissão, é possível constatar a partir da leitura das imagens de Debret, os povos africanos como indivíduos ativos na dinâmica urbana do Rio de Janeiro e persistentes na manutenção de suas práticas culturais, as quais são responsáveis por consolidar a identidade das nações e reportar os escravizados às suas matrizes culturais. Nesse sentido, a permanência dos ritos e da tradição religiosa entre os africanos sinaliza a resistência cultural e sua afirmação na sociedade enquanto sujeitos históricos.

A presença das práticas religiosas e culturais entre os africanos se expressam no cotidiano do Rio de Janeiro sendo notoriamente assimiladas pela cultura branca, por meio de crenças, superstições, amuletos que se fundiam com a tradição católica e regulavam a vida social e afetiva da população. Debret, por exemplo, faz alusão ao culto dirigido a São João, considerado padroeiro de D. João VI, intitulado como: *Efeito salutar da oração dirigida a São João*, como forma de atrair boa sorte, fortunas, felicidade, saúde, por meio das orações, banhos, uso de ervas, talismãs, entre outras práticas. Essas manifestações perpassavam por todas as esferas sociais:

(...) A superstição consiste em encontrar-se a pessoa, na véspera de São João à beira mar, preparada para tomar um banho à meia-noite (...). Essa purificação é praticada por muitas mulatas e negras livres (...) vivendo de intrigas amorosas (...). A mesma superstição atribui benéfico efeitos à raiz de arruda, arrancada na véspera de São João ao bater meia-noite (...). Na classe média, uma boa mãe de família, por amor a seus inúmeros descendentes, nunca se esquece de correr ao jardim na véspera de São João à meia-noite em ponto para arrancar uma raiz de arruda (...). Com ela se fazem mais tarde pequenos antebraços de punho fechado que tem em geral uma polegada de comprimento (...). Esses amuletos tem o nome de figas (...). O luxo, desprezando a raiz de arruda, e prendendo-se exclusivamente à forma do talismã, faz com que as senhoras ricas usem figa de coral, ouro ou malaquita (...) (DEBRET, p. 58,59 ,t. II).

A demonstração ativa dos diversos grupos de africanos na sociedade carioca, pode ser constatada por meio da participação desses grupos nas procissões que retratavam as divergências e os contrastes sociais, e fundamentalmente, nas irmandades que se tornaram representantes sociais da preservação de práticas culturais e religiosas, e desta forma, espaço de resistência cultural por meio das relações que os grupos étnicos estabeleciam com o sagrado, “recriada por laços de solidariedade por meio de rituais fúnebres e festas religiosas” (CRUZ, 2007, p. 5).

Desta forma, a participação como associados das irmandades, conferia benefícios aos irmãos, que eram assegurados em: auxílio nas doenças, invalidez e sobretudo na morte, sendo esta última de extrema importância para os africanos que ansiavam pelos rituais fúnebres e pelo sepultamento digno dos corpos, uma vez que de acordo com Júlio César M. da Silva Pereira: “o fato de que morrer longe dos seus ancestrais ou mesmo de não poder venerá-los, para os africanos, era indubitavelmente um “mal morrer” (...). “Deixar um corpo exposto ou mal enterrado poderia significar um enorme perigo para a comunidade”(...) (PEREIRA, 2007, p. 162, 167).

Debret destaca a participação dos escravizados e alforriados nas irmandades religiosas, por meio da sua presença nas procissões, na coleta de esmolas realizadas pelos irmãos pedintes das confrarias, na manutenção de rituais, em particular os ritos fúnebres, uma vez que somente associados às irmandades era possível aos africanos realizarem. A descrição dos enterros de crianças, homens e mulheres reforça a solidariedade e participação entre os africanos nas associações e ainda, consolida a manutenção cultural de

suas práticas religiosas entre as diferentes classes sociais incluindo também os considerados indigentes que de acordo com o autor:

Quando a defunta é de classe indigente, os parentes e os amigos aproveitam a manhã para transportar o corpo numa rede e depositá-la no chão junto ao muro da igreja ou perto de uma porta de uma venda (...) uma ou duas mulheres conservam acesa uma vela junto à rede funerária e recolhendo dos passantes caridosos módicas esmolas para completar a importância necessária às despesas da sepultura na igreja, ou mais economicamente, na Santa Casa de Misericórdia (...). Essa exposição pública atrai infalivelmente os curiosos, sobretudo os compatriotas da defunta que também contribuem com o enterro (...). O número supre a modicidade do óbolo, pois não há exemplo de indigente Moçambique que fique sem sepultura por falta de dinheiro (DEBRET, 1978, p. 205-206. t. II).

Nesse sentido, podemos considerar que a formação das irmandades constitui elementos de resistência e manutenção cultural por meio dos enterros, devoções, confraria de irmãos, aquisição de liberdade, além de representar para os africanos, a construção de um espaço social como possibilidade de reinvenção simbólica de seus elementos culturais como forma de constituir entre os diversos grupos étnicos a preservação identitária de seus universos simbólicos e também de participação na sociedade.¹²

Considerações finais

A leitura interpretativa da obra de Jean Baptiste Debret demonstra elementos de conflito acerca das compreensões do viajante sobre os diversos universos culturais com os quais se deparou no período em que esteve no Rio de Janeiro. Constituído pela mentalidade eurocêntrica, a análise da população brasileira foi por ele elaborada a partir dos hábitos culturais europeu, constituindo um imaginário preconceituoso acerca da sociedade brasileira.

No entanto, no decorrer da obra foi possível perceber o reconhecimento do autor da importância dos escravizados na dinâmica urbana do Rio de Janeiro, além de suas habilidades e contribuições à produção econômica para cidade. As representações culturais

¹² Sobre o estudo das irmandades no século XVIII, consultar: QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Lá vem o meu parente: as irmandades dos Pretos e Pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2002.

dos africanos também mereceram destaque ao longo de seu texto, haja vista as menções do autor acerca da participação dos povos nas irmandades religiosas, procissões e na manutenção de suas práticas tradicionais que marcam a representatividade social dos grupos.

Desta forma, ressaltamos em nossa análise que Debret em sua narrativa, ao se reportar sobre os escravizados, aponta elementos pejorativos acerca desses povos e em seguida evidencia seus aspectos positivos, contradizendo-se no seu discurso na medida em que é possível constatar na sua obra os esforços e lutas dos povos para manter e preservar sua práticas culturais religiosas, o empenho no universo do trabalho, além das diversas formas de contestação social dos africanos que se constituiu em desafios e tensões entre os escravizados e seus senhores, em contraponto a uma sociedade apática e destinada à servidão como descreve o autor: “o negro é uma espécie à parte da raça humana e destinada, pela sua apatia, à escravidão, mesmo em sua pátria” (DEBRET, 1978, p. 204, t. II).

Nessa perspectiva, consideramos que a construção identitária da nação brasileira por Debret esteve ancorada em um universo de representações, resistências, sociabilidades cujas personagens centrais, no caso os escravizados, demonstraram arduamente sua posição enquanto sujeitos históricos, uma vez que inventaram e reinventaram o espaço social que naquele contexto se revelava à luz da modernidade, e desta forma, não mediram esforços na preservação e manutenção de suas práticas culturais religiosas.

Referências

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. 2ªed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

CRUZ, Tereza C. de Carvalho. As irmandades religiosas de africanos e afrodescendentes. In: *PerCursos*: Florianópolis, n.1, v.8, jan jun 2007. Disponível em: www.periódicos.udesc.br/index.php.../1287. Acesso em 12 jan.2013.

DEBRET, Jean Baptiste. MILLIET, Sérgio (trad). *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, t I, v. I e II, t. II v. III.

GENEBRA, Cinthia Bourget. A atuação dos escravos de ganho na organização da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX. In: Para entender história. Ano 2, jan 2011. Disponível em: <http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br>. Acesso em 16 de janeiro de 2013.

LIGHT, H. Kenneth. *A viagem marítima da família real: a transferência da corte portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR, 2008.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Lá vem o meu parente: as irmandades dos Pretos e Pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2002.

WILCKEN, Patrick. *Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

ZANIN, Larissa Fabrício. *A corte portuguesa e o escravismo no Brasil sob o olhar de Debret*. Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas. Espírito Santo. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.